

Sumário

Introdução.....	1
1. A Religião e o Universo do Trabalho	3
1.1 A especificidade do fenômeno religioso e sua repercussão nas relações laborais.....	3
1.2 Razões para a tutela jurídica de interesses religiosos no ambiente de trabalho	8
1.2.1 Resolução de conflitos e inclusão social	12
1.2.2 Preservação da diversidade cultural.....	14
1.2.3 Coesão social.....	14
1.2.4 Autonomia e dignidade da pessoa humana.....	15
1.3 A inserção da religião no mundo corporativo	18
1.3.1 Religião e empresa: modelos de interação.....	18
1.3.1.1 Modelo de neutralidade	19
1.3.1.2 Modelo de tolerância.....	21
1.3.1.3 Modelo multicultural.....	22
1.3.2 Os empregadores de tendência religiosa	23
1.3.2.1 Organizações religiosas em sentido estrito.....	25
1.3.2.2 Organizações confessionais	30
1.3.2.3 Organizações empresariais que agregam a finalidade ideológico-religiosa à sua atividade econômica.....	32
2. A Configuração do Direito Fundamental à Liberdade Religiosa no Ordenamento Jurídico Brasileiro	35
2.1 Coordenadas constitucionais	35

2.2 Objeto	38
2.3 Conteúdo	40
2.4 Sujeitos	44
3. Cidadania do Empregado na Empresa: a Tutela dos Direitos Fundamentais do Trabalhador e a Reparação das Lesões a seus Direitos de Personalidade	49
3.1 O ambiente de trabalho como espaço de afirmação de direitos fundamentais do trabalhador.....	49
3.2 Função social da empresa e direitos fundamentais.....	51
3.3 Os direitos da personalidade na relação de emprego.....	54
3.4 O dano moral no contrato de trabalho e a sua compensação.....	59
4. O Dever Empresarial de Acomodação Razoável das Demandas Religiosas dos Empregados	65
4.1 O dever de acomodação no direito estadunidense.....	66
4.2 A viabilidade de um dever de acomodação no direito brasileiro.....	76
5. A Discriminação Religiosa no Ambiente de Trabalho	87
5.1 O conteúdo semântico da expressão “discriminação”	89
5.2 O princípio da não discriminação	90
5.3 As diferentes formas de discriminação.....	91
5.4 A discriminação religiosa no ordenamento jurídico-trabalhista brasileiro	93
5.5 Critérios objetivos que justificam o tratamento diferenciado	95
5.5.1 A distinção fundada na natureza do serviço ou da atividade profissional.....	95
5.5.2 A distinção fundada na natureza do empregador ou da atividade empresarial.....	97
5.6 Os momentos da discriminação religiosa na relação de trabalho.....	99

5.6.1 Pré-contratação.....	99
5.6.2 Contratação.....	103
5.6.3 Execução do contrato.....	105
5.6.4 Extinção do contrato.....	107
5.7 O assédio moral por razões religiosas.....	108
5.8 Os efeitos jurídicos da discriminação religiosa e do assédio moral por motivos religiosos no ambiente de trabalho.....	112
5.8.1 Resolução do contrato de trabalho por justa causa.....	113
5.8.2 Dever de reparação do dano moral.....	116
5.8.3 Reintegração ou Indenização em dobro em caso de despedida discriminatória.....	117
6. O Dever de Acomodação Razoável na Prática.....	119
6.1 Proselitismo religioso no ambiente de trabalho: a acomodação possível....	119
6.1.1. Assédio religioso.....	136
6.2 A objeção de consciência profissional por razões religiosas.....	140
6.2.1 Delimitação do problema.....	140
6.2.2 Casos paradigmáticos.....	143
6.2.2.1 Objeção de consciência por motivos religiosos e homofobia....	144
6.2.2.2 Os profissionais de saúde e a recusa à participação em procedimentos médicos.....	149
6.2.2.3 Os professores e o conteúdo das aulas ministradas em estabelecimentos de ensino seculares e confessionais.....	156
6.2.2.4 Símbolos nacionais e a recusa a reverenciá-los por razões religiosas.....	158
6.2.2.5 A recusa ao cumprimento de normas empresariais relacionadas com o vestuário e com a aparência física.....	162

6.2.2.6 Músicos de orquestra e a recusa à execução de peças religiosas.....	165
6.3 Dias de guarda e efemérides religiosas.....	166
6.3.1 A guarda dos chamados dias santos e a sua relevância para as religiões.....	167
6.3.2 A moldura jurídico-normativa do problema.....	169
6.3.3 A guarda de dias santos na jurisprudência comparada	171
6.3.4 A jurisprudência nacional sobre a guarda de dias santos.....	176
6.3.5 Uma proposta de abordagem jurídico-constitucional do problema.....	181
6.4 Atos de culto no ambiente de trabalho	183
6.4.1 O culto promovido pelo empregador.....	185
6.4.2 O culto promovido pelo empregado	197
6.5 Religião e trabalho doméstico	200
6.5.1 Liberdade religiosa do empregado doméstico versus poder familiar	202
6.5.2 Liberdade religiosa do empregador doméstico <i>versus</i> liberdade religiosa do empregado doméstico	204
6.6 Uso de signos de identificação religiosa.....	205
6.6.1 O caráter identitário da fé religiosa e a sua expressão simbólica....	205
6.6.2 Símbolos públicos.....	206
6.6.2.1 Nas empresas estatais	206
6.6.2.2 Nas empresas privadas	211
6.6.3 Signos de identidade pessoal.....	212
6.6.3.1 Adereços pessoais e vestuários religiosos	212
6.6.3.2 Aparência física.....	222
Bibliografia.....	229